



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL – 2º Quadrimestre

Processo : eTC 4310.989.16-5
Entidade : Prefeitura Municipal de Mogi Mirim
Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais
Exercício : 2016
Quadrimestre : 2º Quadrimestre
Responsável : Luiz Gustavo Antunes Stupp
CPF nº : 327.258.878-79
Período : 01.05.2016 a 31.08.2016
Relator : Dr. Antonio Roque Citadini
Instrução : UR -19/ DSF-II

- Cadastro do Responsável (DOC.01).

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização – Substituto,

Trata-se do acompanhamento quadrimestral das contas apresentadas em face do artigo 1º, § 1º da Resolução nº 01/12.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestações de contas mensais do período em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;
4. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS;
5. Indicadores finalísticos componentes do IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Assim, este relatório de acompanhamento, ao ser encaminhado ao conhecimento do Senhor Prefeito Municipal, responsável pelas contas do período em exame, contribuirá para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas e resultando na melhoria das contas a ser apresentadas.

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Luiz Gustavo Antunes Stupp, responsável pelas contas em exame (DOC.02).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Item não elegível para análise no período em exame.

A.2. CONTROLE INTERNO

Verificações		
1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (<i>CF, art.31</i>)	Sim
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	Não
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos? (<i>CF, art.74</i>)	Não
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	Prejudicado

Item 01: O Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Complementar nº 278 de 27 de dezembro de 2013 (Vide Evento 21.9).

Item 02: Não há, na estrutura da administração, o cargo efetivo de Controlador Interno. As atribuições do Controle Interno são desempenhadas por 05 (cinco) servidores através de função gratificada sendo que 03 (três) destes ocupam cargos em comissão na administração municipal (Vide Evento 21.9).

A composição essencialmente em comissão cria dúvidas quanto à autonomia do setor para o efetivo exercício do controle interno.

Item 03: Em que pese a declaração (DOC.03) informar que alguns relatórios já estão sendo redigidos e que já estão sendo encaminhados ao Prefeito Municipal, observamos que estes versam apenas a respeito prestação de contas dos repasses ao Terceiro Setor e emissão de parecer conclusivo e parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas dos adiantamentos, como também a respeito de pagamentos efetuados.

Entendemos que o controle interno realizado nestes moldes não atende as suas funções constitucionais e legais instituídas no art. 74 CF c/c art. 35 CE, sobretudo no que se



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



refere à abordagem de falhas ocorridas no 2º quadrimestre do exercício de 2016, que deveriam ser objeto de inclusão nos relatórios de controle.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	R\$	%
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE	193.225.589,80	
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O QUADRIMESTRE	190.954.978,89	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.270.610,91	1,18%

Dados: Balancete da receita (DOC.04) e balancete da despesa (DOC.05).

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

Ressalvamos que, em relação ao total da despesa empenhada (R\$ 230.544.957,30), a execução orçamentária apresenta resultado desfavorável (Déficit de 19,31%).

Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 04 (quatro) vezes, sobre esta situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para a observância do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/00.

B.1.2. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	3.367.690,01	-	1.342.089,68	2.025.600,33
Restos a Pagar Não Processados	3.034.809,11	-	1.773.052,37	1.261.756,74
Consignações	1.988.857,98	7.744.006,21	7.683.385,37	2.049.478,82
Depósitos	94.322,95	6.716,58	6.716,58	94.322,95
Outros				-
Total	8.485.680,05	7.750.722,79	10.805.244,00	5.431.158,84
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	8.485.680,05	7.750.722,79	10.805.244,00	5.431.158,84
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	18.914.694,78	0,79	
	Passivo Financeiro	24.029.417,28		

Dados: (DOC.06).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Conste-se que, dentre as disponibilidades financeiras da Prefeitura, há R\$ 7.974.979,91 que estão depositados no fundo de reserva (BB-Depósitos judiciais 30%) destinado a garantir, quando necessário, a restituição dos valores aos processos judiciais, nos termos do artigo 3º, §1º, da LC nº 151/2015 e artigo 3º, §2º, da LCM nº 309/2015 (DOC. 04-pág. 16)

O valor, na verdade, não pode ser considerado disponibilidade, fato que reduz a liquidez do Município para 0,45.

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.

B.1.3. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Mediante confronto do Balancete da Receita com as informações franqueadas pela [Secretaria Estadual da Fazenda](#), [Fundo Nacional de Saúde - FNS](#), Ministério da Fazenda/STN, Banco do Brasil/DAF (Distribuição de Arrecadação Federal) e [Portal da Transparência](#), observamos as seguintes diferenças:

Repasse	Valor informado	Valor contabilizado	Diferença
FPM	22.454.948,59	22.194.001,53	(260.947,06)
ITR	79.593,85	79.593,79	(0,06)
L.C. 87/96	279.525,04	279.525,04	-
ICMS	57.303.705,01	57.303.704,93	(0,08)
IPVA	15.494.606,41	15.401.415,33	(93.191,08)
IPI/Exp.	380.832,28	380.832,44	0,16
FUNDEB	25.305.435,42	25.305.435,42	-
CIDE	129.082,02	129.082,02	-
			-
			-
			-

Dados: (DOC.04)

B.1.3.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

Verificações:		
1	No período examinado (2º quadrimestre) o Município efetivou ato de renúncia de receita?	NÃO
2	O ato atendeu às prescrições do artigo 14 da LRF?	Prejudicado

Dados: (Evento 21.14).

Apesar de no 2º quadrimestre não ter ocorrido ato de renúncia de receitas, salientamos que no 1º quadrimestre o município instituiu através da Lei n.º 5.764/16 o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), destinado a promover o recebimento de créditos constituídos em nome da Fazenda Pública, decorrentes de débitos tributários ou não tributários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



O acordo deveria ser firmado junto a Dívida Ativa do município no período de 21 de março a 20 de abril do corrente exercício fiscal e permitia o parcelamento de débitos, bem como concessão até 100% de desconto sobre juros e multas de mora.

De acordo com a declaração (Evento 21.14 - pág.04) não foi elaborado demonstrativos de efeitos sobre as receitas e despesas, posto que a anistia não atingiu a exigibilidade do valor principal.

Conforme declaração (DOC.07) no segundo quadrimestre não foi realizada renúncia de receita.

B.1.4. DÍVIDA ATIVA

Na fase de planejamento da fiscalização não vislumbramos materialidade para análise deste item no período aqui examinado.

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	311.823.930,86	100,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	84.467.069,04	27,09%
Limite Legal - Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado	374.188.717,03	120,00%
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - Artigo 9º. Resolução 43 do Senado	68.601.264,79	22,00%
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Exceto ARO		
Realizadas no Período	517.923,08	0,17%
Limite Legal - Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado	49.891.828,94	16,00%
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Exceto ARO) > DESPESAS DE CAPITAL	Sim	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - Artigo 10. Resolução 43 do Senado	21.827.675,16	7,00%
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Valor arrecadado no exercício	292.808,49	
Valor aplicado no exercício	63.306,80	
Saldo a Aplicar	229.501,69	

Dados: Relatório de Gestão Fiscal e Declarações (DOC.08).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Registramos que, no período analisado, mais precisamente no dia 18/05/2016, o município realizou a captação de crédito junto ao PMAT II (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão de Setores Sociais Básicos), sendo que montante máximo contratado poderá atingir R\$ 17.863.623,73.

No quadrimestre foi liberado a título de operação de crédito o valor de R\$ 517.923,08 sendo: R\$ 3.600,00 referentes ao PMAT II e R\$ 514.323,08 referente à operação Linha do Distrito Industrial contratado em exercícios anteriores.

Verificação	
1	Houve atendimento aos limites estabelecidos pela LRF? SIM

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Ago 2015	Dez 2015	Abr 2016	Ago 2016
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	144.660.146,17	152.248.135,38	154.217.529,74	157.820.362,11
Inclusões da Fiscalização - B			2.490.180,53	2.915.322,09
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		152.248.135,38	156.707.710,27	160.735.684,20
Receita Corrente Líquida - E	301.428.298,42	303.895.161,36	307.222.303,27	311.823.930,86
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		303.895.161,36	307.222.303,27	311.823.930,86
% Gasto Informado A/E	47,99%	50,10%	50,20%	50,61%
% Gasto Ajustado - D/H		50,10%	51,01%	51,55%

Dados:

- Exercício de 2015 - Relatório de contas anual de 2015 - TC 2567/026/15 (Evento 21.16-pág.01);
- 1º Quadrimestre de 2016 - Relatório de Instrução Sistema AUDESP - período 04/2016 - (DOC.09).

A Prefeitura fiscalizada integra 2 (dois) Consórcios Públicos: Consórcio de Saúde "8 de abril" e Consórcio Intermunicipal Cemmil.

A Administração contabilizou o valor total dos repasses aos consórcios no elemento econômico 33.90.39 (outros serviços), deixando de contabilizar corretamente os repasses efetivados para pagamento de pessoal (DOC.09-pág. 03/11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Assim, visando demonstrar os valores gastos com pessoal através dos consórcios, efetuamos os ajustes de R\$ 2.490.180,53 na competência 04/2016 e R\$ 2.915.322,09 em 08/2016 (DOC.09-pág. 11).

O procedimento adotado pela Prefeitura contraria o disposto no artigo 8º, §4º, da lei 11.107/2005¹ que versa sobre consórcios públicos.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal, embora não tenha superado o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

Após os ajustes realizados pela fiscalização, verificamos que no 2º quadrimestre foi ultrapassado o limite previsto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, cabendo ao poder público observar as vedações legais às contratações e aumento com gastos de pessoal.

Com base no art. 59, § 1º, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado pela segunda vez, quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 29,30 % da receita resultante de impostos, conforme segue:

¹ § 4º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



	Sistema AUDESP		Origem	
	R\$	%	R\$	%
RECEITA DE IMPOSTOS:	145.284.883,55		175.491.148,46	
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREO	42.563.829,65	29,30%	27.946.670,29	19,24%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREO	38.198.599,87	26,29%	23.569.980,32	16,22%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREO	35.931.171,45	24,73%	20.838.599,77	14,34%
RECEITA DO FUNDEB:	4.163.780,39		25.384.054,02	
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	25.489.914,24	612,18%	25.532.126,94	100,58%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	25.532.126,94	613,20%		
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB - 60%(ajustado)	24.298.467,94	583,57%		
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB - 40%	17.448,31	0,42%	17.448,31	0,07%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB - 40%	17.448,31	0,42%		
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB - 40%	17.448,31	0,42%		

Dados: Planilhas AUDESP e Planilha da Origem (DOC. 10).

Conforme se verifica no quadro acima, os dados elaborados pela origem estão divergentes daqueles apurados com base nos balancetes armazenados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.º 34, de 2009, as inconsistências relatadas acima denotam falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

No período examinado e com base na Despesa Liquidada (Origem), o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Observamos que os valores referentes à aplicação do FUNDEB 60% no quadro já estão ajustados de acordo com o item consta B.3.1.1.1. deste relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado por 04 (quatro) vezes, sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

No período examinado, houve o seguinte ajuste por parte da Fiscalização:

B.3.1.1.1. APLICAÇÃO DO FUNDEB 60% - Magistério

Conforme consta do relatório de contas anterior que tratou das contas municipais de 2015 (TC-2567/026/15), a Origem lançou erroneamente o pagamento de R\$ 42.212,70, em março de 2016, referente a recursos residuais do FUNDEB 2015, no código de aplicação 262- Fundeb Magistério ao invés do código de aplicação 264-Fundeb exercícios anteriores, razão pela qual essa quantia foi desconsiderada da aplicação do Fundeb de 2016.

B.3.1.2. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

O Município está entre os selecionados para realização do acompanhamento das contas da Prefeitura, exercício 2016. Em nossa visita, ocorrida no início do mês de novembro, cabem os seguintes apontamentos, conforme termos de constatação (DOC.11):

a) EMEB "Prof. Alfredo Bergamo"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessassem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- Não existem rampas na escola;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



	
<p>Fachada da escola</p>	<p>Guia de acesso ao portão escolar</p>


<p>Pavimentação na frente da escola.</p>

Sala de leitura/Biblioteca:

- Não possui professor responsável;
- Possui goteiras e infiltrações;
- Número insuficiente de cadeiras para acomodar os alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Foto da sala de leitura/
Biblioteca



Infiltração no teto da sala de
Leitura/ Biblioteca

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável;
- Possui goteiras, rachaduras e infiltrações;
- Piso, cadeiras, teto e janelas danificados.



Sala de informática



Piso danificado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Teto danificado

Janelas danificadas

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo:

- Possui goteiras e infiltrações;
- Lousa danificada em decorrência de goteiras;
- Sala sem identificação;
- Ventiladores não estavam funcionando;



Goteira localizada no centro da sala

Lousa danificada em decorrência de goteiras

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- A escola não possui sanitário com acessibilidade em condições de uso;
- Possui rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Alguns banheiros possuem janelas pequenas, outros se quer as tem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



<p>Banheiro sem piso impermeável e antiderrapante.</p>	<p>Vaso sanitário sem o respectivo assento.</p>
<p>Infiltração nos banheiros</p>	<p>Janela pequena encontrada no banheiro.</p>

Sala de aula:

- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Carteiras e lousas danificadas;
- Espaçamento considerável entre a janela e a grade protetor instalada do lado externo do prédio, podendo representar risco de queda dos alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Sala de aula	Carteiras danificadas
Infiltrações no teto das salas de aula.	Espaçamento entre a janela e a grade de proteção externa.

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas, sem protetor de rodapé nas portas e sem liquidificador;
- Freezer com a borracha de vedação solta, o que pode implicar em consumo excessivo de eletricidade;
- Cozinha com rachaduras e infiltrações;
- Merendeiras sem luvas e calçados apropriados;
- A merenda fornecida na data da visita divergia daquela prevista no cardápio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



	
Freezer com a borracha solta	Janelas sem a tela de proteção milimétrica.

Quadra poliesportiva:

- Pintura das linhas demarcatórias necessitando de reparos;
- As tabelas de basquete não possuem aros;
- Rachaduras e buracos no piso;
- Goteiras e portão sem tela.

	
Quadra poliesportiva	Tabelas de basquete sem aros
	
Rachadura no piso	Portão sem tela



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Outras Instalações:

- Alambrado externo da escola danificado, facilitando o acesso de pessoas não autorizadas.
- Tampa do sistema de escoamento de água danificada do lado externo da quadra, passível de causar algum acidente;
- Goteiras nos corredores da escola.

Alambrado danificado	Alambrado danificado
Tampa do Sistema de escoamento de chuva danificado.	Balde colocado no corredor da escola para conter goteira.

b) EMEB "Prof. Nelson Neves de Souza"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- Não existem rampas na escola;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Foto da fachada da escola

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável.
- Velocidade de apenas 1 MB para a utilização de toda a escola;

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo:

- A escola não possui uma sala específica para vídeo. As atividades são desenvolvidas na biblioteca e na sala de informática;



Biblioteca

Sala de informática

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- A escola não possui sanitário com acessibilidade em condições de uso;
- Possui rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Azulejos colocados até a metade da parede
- Batente em início de apodrecimento;
- Lavatório em altura inadequada.

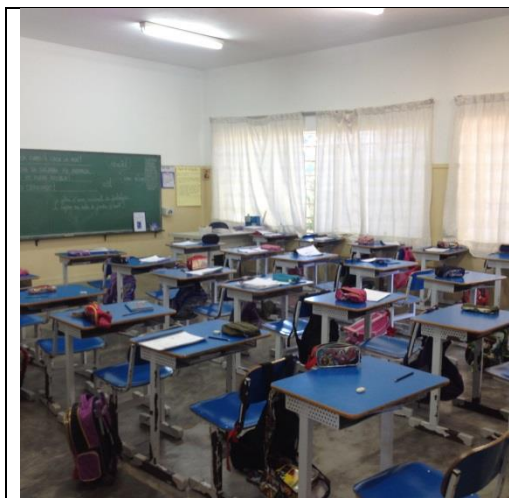
Banheiro Feminino	Vasos sanitários sem os respectivos assentos
Lavatório em altura inadequada	Teto com marcas de infiltração

Sala de aula:

- Carteiras necessitando de reparos;
- Alguns ventiladores não estavam funcionando.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Carteiras necessitando de reparos



Ventilador quebrado

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas e sem piso antiderrapante;
- Botijão de gás instalado dentro da cozinha;
- Merendeiras sem avental, luvas e sapatos antiderrapantes;
- Refeitório com rachaduras na parede e no telhado;
- Dispensa relativamente pequena para acomodar os mantimentos;



Cozinha



Botijão de gás dentro da cozinha



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Merendeiras sem os trajes adequados



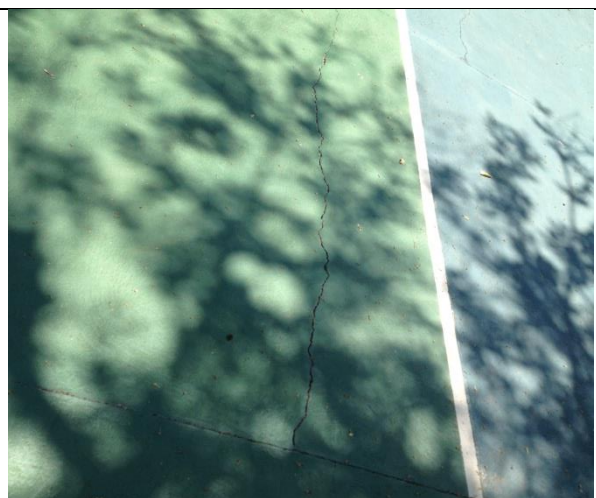
Rachadura na parede do refeitório

Quadra poliesportiva:

- Quadra descoberta com rachaduras no piso.



Quadra poliesportiva



Rachadura no piso da quadra

Outras Instalações:

- Escola sem identificação na sua fachada;
- Alamedado próximo à quadra danificado, facilitando o acesso de pessoas não autorizadas;
- Telhado com rachaduras necessitando de reparos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



c) EMEB "Prof. Jorge Bertolaso Stella"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessassem na faixa com segurança;
- A pavimentação do caminho até a porta de entrada da escola é irregular;
- As rampas existentes na escola não possuem piso tátil de alerta para avisar os deficientes visuais;
- Nem todas as rampas existentes na escola possuem corrimões de apoio nos dois lados;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);
- A escola possui apenas 1 (Um) extintor, o qual se encontra alocado em sua secretária.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Entrada Ensino Fundamental	Entrada Ensino Fundamental - Calçada rebaixada apenas de um lado da rua.

Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável. O Bloco II da escola não possui conexão. Conexão de 01 MB para atender todo o Bloco I;
- Piso danificado;
- Datashow danificado.

Laboratório de informática	Piso danificado - laboratório de informática.

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Sala de vídeo: A escola não possui uma sala específica para vídeo. As atividades são desenvolvidas na própria sala de aula.

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- Portas dos banheiros e gabinetes danificadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- Cabine sanitária para uso de deficiente sem porta;
- Azulejos soltos nas paredes;
- A iluminação não estava funcionando;

<p>Porta do Banheiro Masculino - Ensino Fundamental</p>	<p>Banheiro Masculino do Ensino Fundamental</p>
<p>Azulejos soltos nas paredes;</p>	<p>Cabine sanitária para uso de deficiente sem porta.</p>

Sala de aula:

- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Portas e carteiras danificadas;
- Algumas salas de aulas estavam com lâmpadas queimadas em prejuízo da iluminação do ambiente e ao aprendizado dos alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



<p>Porta danificada da sala de aula</p>	<p>Infiltração e goteira dentro da sala de aula</p>
<p>Lâmpadas queimadas</p>	<p>Carteiras necessitando de reparos</p>

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinha sem tela milimétrica nas janelas e sem protetor de rodapé nas portas;
- Cozinha sem piso antiderrapante;
- Cozinha da Educação Infantil (Bloco II) com infiltrações na dispensa;
- Merendeiras sem aventais, luvas e calçados apropriados;
- Mesas e cadeiras dos refeitórios necessitando de reparos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



	
Cozinha Educação Fundamental	Parede da Cozinha Educação Fundamental
	
Cozinha educação Infantil (Bloco II)	Infiltração despensa Educação Infantil (Bloco II)
	
Mesas do refeitório da Educação Fundamental	Forro do refeitório infantil danificado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Quadra poliesportiva

- Não possui tabelas e aros de basquete;
- As linhas demarcatórias estão se apagando;
- Possui rachaduras no piso;
- Não possui cobertura;
- Arquibancada danificada;
- Não possui alambrados.



Quadra poliesportiva

Outras Instalações:

- Boqueta da cozinha sustentada por uma vareta, representado risco de um possível acidente caso esta ceda.
- Escola necessitando de pintura, sobretudo no Bloco I de Educação Fundamental.



Boqueta escorada apenas com uma vareta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



d) EMEB "Prof. Braulio José Valentim"

Condições gerais da escola:

- Não há calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeiras de rodas atravessem na faixa com segurança;
- Rampas sem piso tátil de alerta para deficientes visuais e sem corrimãos dos 2 lados;
- Não existe acesso por rampa, nem por elevador, ao piso superior da escola onde estão situadas a sala de leitura e a biblioteca;
- A escola não possui Auto de Vistoria do Corpo de bombeiros (AVCB);



Fachada da escola

Sala de leitura\sala de vídeo:

- Não possui professor responsável;
- Possui infiltrações;
- Não possui janelas.



Sala de leitura\ sala de vídeo



Infiltração



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Biblioteca:

- Não possui professor responsável;
- As estantes não são suficientes para acomodar os livros, razão pela qual existem livros acomodados em caixas;
- Possui rachaduras e infiltrações.

Biblioteca	Biblioteca
Livros em caixas	Livros em caixas
Rachaduras	Infiltrações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Laboratório de informática:

- A conexão com a internet não é estável;
- Possui rachaduras na parede;
- O número de computadores em funcionamento não é compatível com o número de alunos matriculados por turma. As aulas são realizadas com mais de 2 alunos por computador.



Rachadura sob a porta de entrada

Rachadura sob a porta de entrada

Laboratório de ciências: A escola não possui.

Banheiros dos alunos:

- Não possui piso impermeável e antiderrapante;
- Vasos sanitários sem os respectivos assentos;
- Porta das cabines sanitárias danificadas;
- Possui infiltrações e goteiras;
- Banheiro com acessibilidade abarrotado de materiais.



Banheiro masculino

Porta danificada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Vaso sanitário sem o respectivo assento



Banheiro feminino



Vaso sanitário sem o respectivo assento



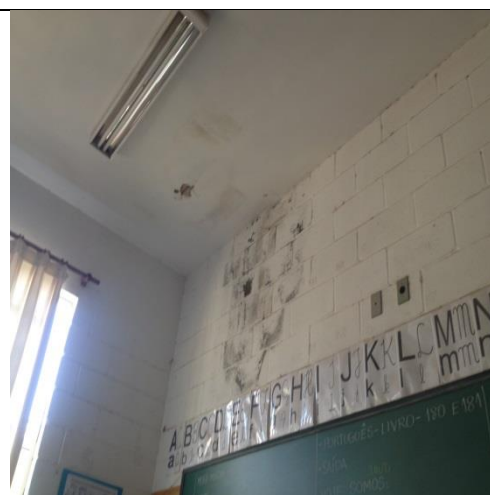
Banheiro de deficiente

Sala de aula:

- Possuem rachaduras, infiltrações e goteiras;
- Carteiras necessitando de reparos;



Balde utilizado dentro da sala de aula para conter a goteira



Infiltração



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Infiltração	Rachadura dentro da sala de aula.
Rachadura sala de aula	Carteiras necessitando de reparos

Merenda (Cozinha, refeitório, estoques, etc):

- Cozinhas sem tela milimétrica nas janelas;
- Apenas uma cozinha possui protetor de porta rodapé;
- Cozinha sem piso antiderrapante;
- Merendeiras sem aventais, luvas e calçados apropriados;
- Cozinha com rachaduras e infiltrações;
- O cardápio do dia não estava fixado em local visível;
- A merenda fornecida no dia não era a mesma prevista no cardápio;
- Por amostragem foi detectado pacotes de fubás fora do prazo de validade. (Visita realizada dia 10/11/16);
- Teto do refeitório da Educação Infantil danificado causando goteiras;
- Mesas e cadeiras dos refeitórios necessitando de reparos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: BRUNO MARCAL DE MEDEIROS RIBAS. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: MATG-LPVJ-5CGT-3V39

Cozinha da Educação Fundamental	Dispensa improvisada na cozinha da Educação Infantil
Teto danificado - Refeitório da Ed. Infantil	Produto vencido
Mesas do refeitório do ensino fundamental	

Quadra poliesportiva: A escola não possui quadra poliesportiva. As atividades de educação física são realizadas em um espaço de chão batido ou no pátio da escola.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



	
<p>Espaço utilizado para a prática de educação física.</p>	<p>Espaço utilizado para a prática de educação física.</p>

Outras Instalações:

- Rachaduras expressivas encontradas em diversas partes do prédio;
- Vão entre duas salas de aula, tapado apenas com uma placa de metal. Observamos que este vão vai desde a parte interna do prédio até a parte externa do prédio, representado possível acesso a insetos e roedores a escola;


<p>Vão separando duas salas de aula</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



B.3.2. SAÚDE

	R\$	%		%
RECEITA DE IMPOSTOS:	145.284.883,55		175.491.148,46	
DESPESA EMPENHADA	48.946.137,51	33,69%	48.931.918,11	33,68%
DESPESA LIQUIDADA	40.580.338,32	27,93%	40.566.118,92	27,92%
DESPESA PAGA	35.498.253,93	24,43%	35.484.034,53	24,42%

Dados: (DOC.12-pág.01/03).

Conforme se verifica no quadro acima, os dados elaborados pela origem estão divergentes daqueles apurados com base nos balancetes armazenados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.º 34, de 2009, as inconsistências relatadas acima denotam falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

Em que pese à divergência acima mencionada, no período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

No período examinado, não houve ajustes por parte da Fiscalização.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

Verificações		
1	Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde?	Não
2	Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	Não

Dados: (DOC.12-pág. 04/06).

Item 1: Conforme já mencionado no acompanhamento do 1º quadrimestre, algumas contas bancárias de recursos da saúde estão com o CNPJ da Prefeitura Municipal. De acordo com declaração (DOC.12-pág.04), o Fundo Municipal de Saúde não movimenta as contas de repasse (emenda 29), folha de pagamento e as de investimentos.

Item 02: Conforme Ata (DOC.12-pág.05/06), novamente a Gestão da Saúde recebeu parecer desfavorável do Conselho Municipal de Saúde. Tal desaprovação se deu por diversos fatores dentre eles:

- Diminuição dos procedimentos comparados à prestação de contas do mesmo período em 2015;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



- Ausência da apresentação dos procedimentos do Programa Melhor em Casa;
- Redução dos exames realizados pelo Laboratório municipal;
- Ampliação dos procedimentos no Consórcio Intermunicipal 08 de abril, principalmente na Atenção Básica, inclusive com contratação de funcionários na recepção das Unidades Básicas de Saúde, além de profissionais médicos, descaracterizando a proposta deste serviço para o município.
- Cirurgias eletivas ainda não foram restabelecidas;
- Má gestão e gestão inadequada de recursos públicos;
- Recusa por parte da Secretária da Saúde em responder em tempo hábil os questionamentos do colegiado da Saúde.

B.3.2.3. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conforme constou em Termo de Verificação (DOC.13) não há incidências de irregularidades relevantes, cabendo constar apenas que os serviços de nebulização são realizados por empresa terceirizada e que na ocasião da nossa visita o município não possuía entre os seus EPI's o capacete de aba larga e o avental impermeável.

Registramos também que a Origem entende como insuficiente os 05 (cinco) veículos disponibilizados pelo município para as ações de controle da Dengue.

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Verificações		
1	Foi instituída a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública?	Sim
2	Os recursos da CIP foram movimentados em contas específicas? (LRF, art. 8º, parágrafo único)	Não
3	O Município assumiu os ativos da iluminação pública? (Resolução ANEEL nº 414/10)?	Sim
4	Os ativos foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial?	Não
5	O Município executa diretamente os serviços relacionados à iluminação pública?	Não

Dados: (Evento 21.19).

O Município instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 280/2013, alterada posteriormente pela Lei Complementar n.º 291/14, sendo regulamentada pelo decreto n.º 6764/14.

Entendemos que os recursos da CIP não foram totalmente movimentados em contas específicas, tendo em vista que, a conta poupança de nº 00025227-0 citada no (DOC.14) possui como referência apenas a nomenclatura "Pref M Mirim" (DOC.14 - pág.14) podendo encampar os mais diversos recursos nela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Durante nossa fiscalização, verificamos que o Município havia assumido, em 09 de fevereiro de 2015, os ativos da iluminação pública, cumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Registramos que, conforme informado, os ativos da iluminação pública ainda não foram incorporados ao patrimônio municipal, uma vez que, a Concessionária ELEKTRO, antiga detentora do parque de Iluminação Pública, ainda não forneceu relatório detalhado dos ativos transferidos à época da assunção.

A execução dos serviços relacionados à iluminação pública foi transferida a terceiros por meio da concorrência 11/2015.

Em relação à arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços correlatos, tiveram a seguinte configuração no exercício em exame:

Saldo em 31.12. 2015	1.955.633,58
Rendimentos aplicações financeiras	117.763,38
Valor arrecadado no exercício	5.041.490,17
Ajustes da Fiscalização	92.074,32
Disponibilidade total	7.206.961,45
Despesas realizadas no exercício	5.676.112,51
Ajustes da Fiscalização	
Despesas realizadas após ajustes	5.676.112,51
Saldo em 31.08. 2016	1.530.848,94

Dados: (DOC.14) .

Registramos que o ajuste realizado na tabela acima se refere a valores transferidos da conta movimento para a conta da CIP, referente ao recebimento dos valores da dívida ativa não tributária decorrente da CIP.

Verificamos a diferença de R\$ 53.568,95 entre o saldo informado pela origem (R\$ 1.530.848,94) e o apurado por esta fiscalização (R\$ 1.477.279,99), demonstrado no quadro abaixo:

Saldo Constante dos Extratos Bancários	R\$ 1.385.205,67
• Saldo Conta Bancária nº6140-1	R\$ 50,00
• Fundo de Investimento vinculado à Conta Bancária nº 6140-1	R\$ 543.049,68
• Saldo Conta Poupança nº 25227-0	R\$ 842.105,99
(+) Ajustes da Prefeitura	R\$ 92.074,32
Saldo Apurado pela Fiscalização	R\$ 1.477.279,99

Dados: (DOC.14 - pag. 10/11) .



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação *in loco* dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

B.4. PRECATÓRIOS

B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação *in loco*.

B.5. OUTRAS DESPESAS

B.5.1. ENCARGOS

Na amostra, o exame documental não evidenciou irregularidades.

B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* do item.

B.6. TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* dos itens Tesouraria, Almojarifado e Bens Patrimoniais.

B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* do item.

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

C.2. CONTRATOS

C.2.1. CONTRATOS SELECIONADOS ENVIADOS AO TRIBUNAL

No período em exame foram enviados 09 contratos ao Tribunal, dos quais 5 (cinco) foram selecionados também para acompanhamento .

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, no período em exame, verificamos as que seguem:

01	Contrato nº:	069/2015	
	Data:	30/12/2015	
	Contratada:	CEBI-Centro Eletrônico Bancário Industrial LTDA	
	Valor:	R\$ 1.204.680,00	
	Fonte de recursos:	Municipal	R\$ 1.204.680,00
		Estadual	
		Federal	
	Objeto:	Fornecimento e cessão de direito de uso de software aplicativo para as áreas financeira, administrativa e saneamento.	
	Execução/Prazo:	24 meses, a contar de sua assinatura.	
	Licitação:	Concorrência Pública 14/2015	

Dados: (DOC.15).

Tendo por base as cláusulas pactuadas, não constatamos irregularidade na execução contratual.

C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

C.2.5. CONTRATOS DE CONCESSÃO / PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS / PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Verificações		
1	A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 9º</i>)	Não
2	Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (<i>LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º</i>)	Sim
3	Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (<i>LRF, art. 48-A</i>)	Sim
4	Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (<i>LRF, art. 9º, § 4º</i>)	Sim
5	Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (<i>LRF, art. 48, parágrafo único</i>)	Sim
6	Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (<i>LRF, art. 49</i>)	Sim
7	Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO? (<i>LRF, art. 48</i>)	Sim
8	Publicação ou divulgação do RGF? (<i>LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b"</i>)	Sim
9	Publicação e divulgação do RREO? (<i>LRF, art. 52</i>)	Sim
10	Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (<i>LRF, art. 51, § 1º, I</i>)	Sim
11	Divulgação dos tributos arrecadados? (<i>CF, art. 162</i>)	Sim
12	Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (<i>CE, art. 256</i>)	Sim
13	Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (<i>LC 141/12, art. 36, § 5º</i>)	Sim
14	Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (<i>CF, art. 39, § 6º</i>)	Sim

Dados: (EVENTO 21.21) e (DOC.16).

Item 1: Declara a origem (DOC.16-pág. 01) que possui Serviço de Informação ao Cidadão. Em pesquisa ao sítio eletrônico do município, verificamos que o mencionado serviço encontra-se alocado no Portal da Transparência o que pode dificultar o acesso por parte da população.

Já quanto à estrutura física do Serviço de Atendimento ao Cidadão, informa a Origem que este vem sendo executado pelo setor de Protocolo.

De nossa parte, entendemos que os serviços disponibilizados pela municipalidade a este título estão aquém do que propõe a Lei 12.527/11, uma vez que a ele compete não apenas receber documentos/solicitações como também orientar o público e informar sobre a tramitação destes;

Itens 4 e 5: Verificamos que a Prefeitura, em conjunto com a Câmara Municipal realizou audiências para demonstração das Metas Fiscais e para debater os planos orçamentários (LDO e LOA), em observância aos arts. 9º, §4º e 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



Entretanto, a participação popular em referidas sessões é ínfima. Na audiência para discussão das Metas fiscais, havia um representante da imprensa, os demais participantes eram servidores públicos municipais ou agentes políticos. Na audiência para discussão da LDO havia, além dos servidores e agentes políticos, havia um representante da imprensa (Evento 21.21). E, na audiência para discussão da LOA, contou com um munícipe sendo os demais participantes servidores públicos municipais ou agentes políticos.

Assim, sugerimos que a Prefeitura Municipal implemente medidas para fomentar a participação popular nos debates dos planos orçamentários.

Itens 11: Observamos que assim como no 1º quadrimestre a divulgação dos tributos arrecadados se apenas através da afixação ao público no saguão do Paço Municipal e site do município (DOC.16 – pág. 02).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

D.4. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias serão tratadas no relatório do 3º Quadrimestre do exercício em exame.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco*.

PERSPECTIVA E – RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

E.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

E.1.1. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



O Município não realizou esse empréstimo extraorçamentário no 1.º e no 2º quadrimestre de 2016, conformando-se ao art. 38, IV, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (EVENTO 21.22) e (DOC.17).

E.2. LEI ELEITORAL (nº 9.504, de 1997)

E.2.1 ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de abril, as alterações remuneratórias não se limitaram à inflação contada a partir de janeiro de 2016 descumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral (EVENTO 21.23).

E.2.2 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

Conforme certidão e documentos (DOC. 17-pág. 02/04) foi empenhado como gasto de publicidade, o valor de R\$ 6.600,00, em 14/07/2016, para o fornecedor Empresa Editora O Liberal, desatendendo ao art. 73, VI, "b" da Lei nº. 9.504, de 1997.

Entretanto, no primeiro semestre de 2016, os gastos liquidados de publicidade não superaram a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos exercícios financeiros (2013 a 2015). Nesse contexto, atendeu a Origem ao art. 73, VII da Lei Eleitoral.

Publicidade em ano eleitoral				
Semestres:	1º semestre/2013	1º semestre/2014	1º semestre/2015	1º semestre/2016
Despesas	28.604,14	158.000,18	599.392,68	102.992,20
Média apurada entre os três períodos anteriores				261.999,00
Parâmetro para comparação despesas de 1º semestre de 2016				261.999,00
Despesas do exercício não foram superiores ao parâmetro adotado em:				

Dados: (DOC.17-págs.05/08)

E.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No período examinado, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais (DOC.17-pág.09).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

1. Item A.2. CONTROLE INTERNO

- Não há na estrutura da administração o cargo efetivo de controlador interno.
- Além disso, a composição do Controle Interno conta com cinco funcionários, dos quais três funcionários comissionados, ou seja, 60% da sua composição.
- Em que pese a Administração informar que alguns relatórios já estão sendo redigidos e que já estão sendo encaminhados ao Prefeito Municipal, registramos que durante a nossa fiscalização "in loco" foram fornecidos apenas relatórios versando a respeito prestação de contas dos repasses ao Terceiro Setor e emissão de parecer conclusivo e parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas dos adiantamentos.

2. Item B.1.1 Resultado da Execução Orçamentária

- Constatamos que, embora o resultado da execução orçamentária seja superavitário na comparação entre receitas realizadas e despesas liquidadas, há um déficit de 19,31% quando analisamos o resultado pela despesa empenhada;
- A Municipalidade foi alertada por quatro vezes quanto ao descompasso entre receitas e despesas.

3. Item B.1.2 DÍVIDA DE CURTO PRAZO

- A Prefeitura não possui liquidez frente às suas obrigações de curto prazo.

4. Item B.1.3. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

- Diferença de R\$ 260.947,06 e R\$ 93.191,08, verificada entre os valores informados pelos Órgãos responsáveis pelos repasses e aqueles contabilizados no Balancete da Receita do Município quanto aos recursos do FPM e IPVA, respectivamente.

5. Item B.2.2 Despesa de Pessoal

- Descumprimento ao disposto no artigo 8º, §4º, da lei federal nº 11.107/2005.
- A despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, porém ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



6. Item B.3.1 ENSINO

- Divergências entre os dados prestados pela origem e aqueles armazenados no sistema Audesp, prejudicando uma análise concreta do real resultado do ensino até o 2.º quadrimestre, sendo falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).
- No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.
- A Municipalidade foi alertada por quatro vezes sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

7. Item B.3.1.2. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

- Uma vez que o Município está entre os selecionados para realização do acompanhamento das contas da Prefeitura, selecionamos 04 (quatro) unidades escolares a serem visitadas, verificando "in loco", dentre outras, as seguintes irregularidades:
 - I. Calçadas sem rebaixamento nos 2 lados da rua para possibilitar que cadeirantes atravessassem pela faixa de pedestres;
 - II. Falta do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - III. Sala de leitura sem janelas;
 - IV. Falta de laboratórios de Ciência;
 - V. Banheiros sem piso antiderrapantes e assentos em seus vasos sanitários;
 - VI. Conexão instável com a internet;
 - VII. Merendeiras sem a vestimenta adequada;
 - VIII. Botijão de gás instalado dentro da cozinha;
 - IX. Merenda fornecida no dia diferente da especificada no cardápio;
 - X. Produto estocado fora do prazo de validade;
 - XI. Quadras poliesportivas descobertas. Observamos que uma das escolas sequer possui quadra poliesportiva.
 - XII. Goteiras, rachaduras e infiltrações nos mais diversos cômodos da escola;
 - XIII. Problemas nos alambrados possibilitando a saída de alunos e entrada de estranhos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



8. Item B.3.2. SAÚDE

- Divergências entre os dados prestados pela origem e aqueles armazenados no sistema Audesp, prejudicando uma análise concreta do real resultado da saúde até o 2.º quadrimestre, sendo falha grave, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

9. Item B.3.1.1 AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

- Glosa de R\$ 42.212,70 referente a pagamentos realizados mediante recursos residuais do FUNDEB 2015 registrados erroneamente no código de aplicação 262- Fundeb Magistério.

10. Item B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

- O Fundo Municipal não movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias.
- Conselho Municipal de Saúde reprovou a Gestão da Saúde no 2.º quadrimestre.

11. Item B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Os recursos da CIP não foram totalmente movimentados em contas específicas;
- Os ativos de iluminação pública ainda não foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial.
- Divergência entre o saldo apurado pela fiscalização e aquele informado pela origem.

12. Item D.1 CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

- O Serviço de Informação ao Cidadão do município não atende ao propósito da Lei n.º 12.527/11.
- Apesar da realização de audiências públicas, a participação popular é ínfima, motivo pelo qual sugerimos que a Prefeitura Municipal implemente medidas para fomentar a participação popular nos debates das metas fiscais e planos orçamentários.

13. Item E.2.1 ALTERAÇÕES SALARIAIS

- As alterações remuneratórias ocorreram após abril de 2016 e não se limitaram à inflação contada a partir de janeiro de 2016 descumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



14. Item E.2.2 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

- Empenho com publicidade e propaganda oficial após o dia 7 de julho, descumprindo o disposto no art. 73, VI, "b" da Lei nº. 9.504, de 1997.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.19, em 15 de dezembro de 2016.

Bruno Marçal de Medeiros Ribas
Agente da Fiscalização